

PARP 2011-2014

APROVADO NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 DE MAIO DE 2011



República de Moçambique

**PLANO DE ACÇÃO PARA REDUÇÃO DA POBREZA
(PARP) 2011-2014**

Maputo, 3 de Maio de 2011

PARP 2011-2014

APROVADO NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 DE MAIO DE 2011

INTRODUÇÃO.....	5
I. SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE	7
II. CRESCIMENTO ECONOMICO INCLUSIVO PARA REDUÇÃO DA POBREZA.....	10
III. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A REDUÇÃO DA POBREZA	12
IV. DESAFIOS	13
a) Desafios para agricultura e pescas	14
b) Desafios para a Promoção do Emprego e o Papel do Sector Privado	15
c) Desafios para Desenvolvimento Humano e Social	15
d) Desafios na Governação.....	16
e) Desafios para a Política Macroeconómica e Gestão de Finanças Públicas	18
V. OBJECTIVOS GERAIS do PARP	19
a) Objectivo Geral 1: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira.....	19
b) Objectivo Geral 2 – Promoção de Emprego	23
c) Objectivo Geral 3 – Desenvolvimento Humano e Social.....	27
d) Pilares de Apoio - Boa Governação	34
e) Pilar de Apoio - Macroeconomia.....	37
VI. ORÇAMENTAÇÃO PROGRAMÁTICA DO PARP	40
a) <i>Envelope de Recursos</i>	40
b) <i>Afectação Estratégica de Recursos</i>	41
VII. MONITORIA E AVALIAÇÃO do PARP	44

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

BAUs	Balcões de Atendimento Únicos
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EAC	Estratégia Anti-Corrupção
EGRSP	Estratégia Global da Reforma do Sector Público
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GCCC	Gabinete Central de Combate a Corrupção
GovNet	Rede Electrónica do Governo
ICM	Instituto de Cereais de Moçambique
IDF	Inquérito Demográfico de Saúde
IFTRAB	Inquérito da Força de Trabalho
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSIDA	Inquéritos sobre SIDA
IOF	Inquérito de Orçamento Familiar
IPAJ	Instituto de Patrocínio Assistência Judiciária
MICs	Inquérito de Indicadores Múltiplos
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
OCI	Órgãos de Controlo Interno
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OE	Orçamento do Estado

OLEs	Órgãos Locais do Estado
ONGs	Organizações Não Governamentais
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PDRHCT	Plano de Desenvolvimento de Recursos Humano para a Área de Ciência e Tecnologia
PEDSA	Plano de Desenvolvimento Agrário
PERPU	Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
POP	Planificação e Orçamentação por Programa
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
PSAA	Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água
QUIBB	Questionário dos Indicadores de Bem-estar
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
REN	Rede Eléctrica Nacional
SNP	Sistema Nacional de Planificação
SSB	Segurança Social Básica
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
WEO	World Economic Outlook

INTRODUÇÃO

O Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014 é a estratégia de médio prazo do Governo de Moçambique que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) focando no objectivo de combate a pobreza e promoção da cultura de trabalho, com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no País.

O PARP 2011-2014 dá continuidade ao PARPA II, cuja implementação cobriu o horizonte temporal de 2006 a 2009, estendido até 2010, e tem como meta principal reduzir o índice de incidência da pobreza alimentar dos actuais 54.7% para 42% em 2014.

Este instrumento de médio prazo, enquadra-se no Sistema Nacional de Planificação (SNP), alinhando-se a visão da Agenda 2025, contribuindo para o alcance do Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) sendo o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2012-2014 (CFMP) o instrumento que reflectirá a alocação orçamental dos objectivos do PARP, que serão operacionalizados, anualmente, através do Plano Económico Social e Orçamento do Estado.

A pobreza é um fenómeno multidimensional, e o seu combate não se circunscreve apenas nos elementos da pobreza absoluta, ela estende-se ao conceito mais abrangente: *“Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade”*.

Para alcançar o objectivo do crescimento económico inclusivo para a redução da pobreza, o Governo definiu os objectivos gerais, sobre os quais serão direccionados os esforços da acção governativa, designadamente: (i) Aumento na Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira, (ii) Promoção de Emprego e (iii) Desenvolvimento Humano e Social, mantendo em comum os pilares sobre (iv) Governança e (v) Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas. Os assuntos de natureza transversal são devidamente considerados em cada um dos domínios retromencionados.

Os objectivos gerais reflectem a abordagem intersectorial, concebidos de forma integrada, apresentando as prioridades, objectivos estratégicos e acções prioritárias, no qual diferentes instituições contribuem de forma coordenada para o alcance do objectivo global.

Neste contexto, o presente documento apresenta a situação sócio económica actual do país, os desafios na base dos quais se define a estratégia para alcançar o crescimento económico inclusivo

para a redução da pobreza, uma descrição dos objectivos gerias e pilares de apoio e as suas respectivas prioridades. Para assegurar a implementação destas prioridades é apresentado uma projecção de alocação de recursos para a vigência do Plano.

O PARP apresenta um carácter dinâmico e flexível, ou seja, os indicadores e metas constantes da matriz estratégica serão objecto de revisão sempre que as condições se julgarem necessárias quer, sejam derivadas da conjuntura nacional quer, do panorama internacional. O ajustamento deverá estar enquadrado no ciclo normal de planificação e orçamentação do País com a participação da Sociedade Civil e dos Parceiros de Cooperação Internacional. De notar que o processo de elaboração do PARP beneficiou de consultas à Sociedade Civil e aos Parceiros de Cooperação Internacional.

Para efeitos de monitoria e avaliação do presente plano e em particular da matriz estratégica que compreende indicadores de produto e de resultado serão monitorados, anualmente, através do Balanço do Plano Económico e Social e a médio prazo, através da Avaliação Nacional sobre a Pobreza e bem-estar em Moçambique (IOF), e outros inquéritos¹, respectivamente. Esta matriz será finalizada separadamente até final de Junho 2011.

¹ Inquérito Demográfico de Saúde (IDS); Inquérito da Força de Trabalho (IFTRAB); Censo Agro-pecuário; Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS); Inquérito sobre SIDA (INSIDA); Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA); Questionário dos Indicadores de Bem-estar (QUIBB).

I. SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE

Moçambique tem estado a registar avanços significativos em termos de desenvolvimento sócio económico. Estes progressos foram impulsionados pela estabilidade macroeconómica e crescimento acelerado da economia, que traduziu-se num crescimento médio anual do PIB na ordem de 7.6%, e um rendimento per capita médio anual de 5%, no período 2005-2009.

Os indicadores de desenvolvimento humano, acesso à educação (tanto a nível primário como secundário), assim como o acesso melhorado aos serviços de saúde, particularmente nas áreas rurais, aumentos na posse de bens duráveis pelas famílias e melhorias na qualidade de habitação, atestam as tendências positivas importantes do desenvolvimento ao longo prazo, assim como o sucesso no alcance de prioridades governamentais estratégicas. A título de exemplo, a seguir apresenta-se uma breve resenha de alguns indicadores alcançados:

A proporção da população com acesso a escola aumentou de 30,8%, em 2002-03 para 37,3%, em 2008-09. A percentagem de mulheres analfabetas reduziu significativamente entre 2004 e 2008 de, 54% para 40,8%. Igualmente registou-se progresso na redução da disparidade de género nos ingressos no ensino básico².

A percentagem da população com acesso a uma **unidade sanitária** a menos de 45 minutos a pé aumentou de, 55% para 65% entre 2002-03 e 2008-09, com maiores ganhos para as zonas rurais (especialmente no norte do país) comparado com as zonas urbanas, onde se observa uma redução da população com acesso a uma unidade sanitária a menos de 45 minutos de distância, reflectindo a expansão rápida das zonas urbanas.

A taxa de **mortalidade infanto-juvenil** reduziu de 245.3 mortes em cada mil nascidos vivos, em 1997 para 138 por mil, em 2008 e a taxa de **mortalidade infantil** reduziu de, 143.7 mortes por mil nascidos para 93 mortes por mil, entre 1997 e 2008. A taxa de **mortalidade materna** reduziu de, 692 para 500 mortes em cada cem mil nascimentos vivos, entre 1997 e 2007.

Não obstante os progressos assinalados, no geral as disparidades entre as zonas ainda são notórias, sendo que, as pessoas em zonas urbanas têm maior acesso a serviços sociais básicos comparativamente a população vivendo nas zonas rurais, em parte justificada pela fraca densidade populacional.

² Segundo o relatório de Moçambique, Beijing +15, 2011.

Paralelamente registam-se variações em termos de género (relação homem e mulher), e entre vários grupos na sociedade, sendo que, o segmento populacional constituído pelas mulheres, crianças, pessoas idosas, portadoras de deficiência e com doenças crónicas, o que se mostra mais vulneráveis.

Na óptica de consumo, o nível da pobreza alimentar (medida pelo índice nacional de incidência da pobreza)³ situa-se em pouco menos de 55% da população como mostra a tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Incidência da Pobreza e Desigualdade, por Província, Urbano - Rural e Nacional de 1996 - 2009

Áreas geográficas	Incidência da Pobreza			Desigualdade (Gini)		
	1996-97	2002-03	2008-09	1996-97	2002-03	2008-09
Niassa	70.6	52.1	31.9	0.36	0.36	0.43
Cabo Delgado	57.4	63.2	37.4	0.44	0.44	0.35
Nampula	68.9	52.6	54.7	0.36	0.36	0.42
Zambézia	68.1	44.6	70.5	0.35	0.35	0.37
Tete	82.3	59.8	42.0	0.40	0.40	0.32
Manica	62.6	43.6	55.1	0.40	0.40	0.35
Sofala	87.9	36.1	58.0	0.43	0.43	0.46
Inhambane	82.6	80.7	57.9	0.44	0.44	0.38
Gaza	64.6	60.1	62.5	0.41	0.41	0.43
Província Maputo	65.6	69.3	67.5	0.43	0.43	0.39
Cidade de Maputo	47.8	53.6	36.2	0.52	0.52	0.51
Urbano	62.0	51.5	49.6	0.47	0.48	0.48
Rural	71.3	55.3	56.9	0.37	0.37	0.37
Nacional	69.4	54.1	54.7	0.40	0.42	0.41

Fonte: 3ª Avaliação da Pobreza

Os indicadores de nutrição mostram que 46.4% das crianças com menos de 60 meses sofrem de

³ A linha nacional de pobreza em Moçambique é 18 Meticais, ou cerca de 0.5 dólares norte-americanos. Existe também índices de pobreza internacionais, como “um dólar por dia” do Banco Mundial, entre outros.

desnutrição crónica moderada, 18.7% têm insuficiência de peso e 6.6% sofrem de desnutrição aguda igualmente moderada. A incidência da desnutrição crónica severa é de 23%. As zonas rurais registam maiores incidências de malnutrição (50%) em relação as zonas urbanas (36%).

O acesso à **electricidade**, **saneamento**, e **posse de bens duráveis**, tanto como acesso e qualidade da **habitação**, são outras medidas de bem-estar. A **posse de bens duráveis** aumentou em 8.3 pontos percentuais nas zonas urbanas contra 4,7 pontos percentuais nas zonas rurais. Em relação à habitação, em média houve melhorias em todas as características de habitação entre 2002/03 e 2008/09, a proporção das famílias que têm cobertura feita de material durável (laje de betão, zinco ou lusalite) aumentou em cerca de 4.4 pontos percentuais, e a proporção usando electricidade, um gerador ou energia solar para iluminação quase duplicou de 6.9% para 13.3%. A taxa global de uso de **água potável** aumentou de 36%, em 2004 para 43%, em 2008. Todavia, registam-se, ainda disparidades no uso de água potável entre o meio urbano e rural sendo de cerca de 70% e 30% respectivamente, avaliar pelos dados de 2008.

Não obstante o crescimento económico acelerado que o País tem vindo a registar, bem como os progressos nos indicadores de desenvolvimento humano e social, os desafios para o combate à pobreza e as suas causas persistem. O coeficiente de Gini⁴ manteve-se praticamente igual entre 2002/03 (0.42) e 2008/09 (0.41) a nível nacional, mas a desigualdade acentuou-se ligeiramente nas zonas urbanas em relação as zonas rurais.

A 3ª Avaliação da pobreza aponta a vários factores que contribuíram para a estagnação na incidência da pobreza alimentar entre 2002/03 e 2008/09. O primeiro é referente à baixa taxa de crescimento na produtividade agrícola, na componente da produção de culturas alimentares, com impacto directo na segurança alimentar dos agregados e no rendimento de grande parte da população economicamente activa que depende da produção agrícola. O segundo factor relaciona-se com a vulnerabilidade do Sector Agrário aos choques climáticos e o peso da sazonalidade na distribuição dos rendimentos rurais. O terceiro factor foi o agravamento dos termos de troca devido a grandes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis, que reflectiram-se no aumento do custo de vida a nível nacional.

Nas zonas urbanas, a actividade económica informal (da qual depende a maioria dos pobres) é dominante, sendo o acesso ao emprego formal ainda muito restrito, particularmente para as mulheres.

⁴O Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda. Quanto mais próximo de zero, maior é a equidade na distribuição da renda e quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade.

Entre 2002 e 2006, o emprego formal do sector privado não agrícola aumentou em apenas 1.1%. Existe uma extrema concentração no comércio de pequena (micro) escala, operando com margens de lucro reduzidas, com poucas oportunidades de poupança e investimento, ou outras estratégias para sair da pobreza.

Paralelamente, o HIV_SIDA, a Tuberculose e a Malária tem maior incidência em famílias pobres, reduzindo consideravelmente a produtividade da sua mão-de-obra, dada a morbilidade que impõem aos indivíduos afectados e infectados directamente. Relativamente a esta situação, constata-se aumentos nas taxas de pobreza na zona centro do País, que por coincidência é a zona com maior mortalidade por HIV-SIDA. Nota-se também que a maior parte das despesas públicas a este nível dos distritos é financiada directamente pelos ministérios sectoriais (como educação e saúde) com uma influência limitada por parte dos distritos e municípios. Uma melhor coordenação e descentralização poderiam contribuir positivamente para melhorar esta situação.

II. CRESCIMENTO ECONOMICO INCLUSIVO PARA REDUÇÃO DA POBREZA

O PARP 2011-2014 define como meta principal reduzir a incidência de pobreza de 54,7%, em 2009 para 42%, em 2014 ciente que as intervenções da acção governativa favoreçam, em primeiro lugar as camadas mais pobres (crescimento “pró-pobre”). No contexto do País, este crescimento com “base ampla” é possível com um investimento na agricultura que possa aumentar a produtividade do sector familiar, diversificação da economia, criando emprego e ligações entre os investimentos estrangeiros e a económica local, apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's), desenvolvimento humano e social. Em simultâneo este crescimento económico irá reduzir a insegurança alimentar e a desnutrição crónica infantil, fortalecendo os mecanismos de defesa a doenças endémicas, como o HIV-SIDA, Tuberculose e Malária.

a) *Projecções do crescimento económico nacional*

O crescimento da economia moçambicana no ano de 2010 foi de 6.5%, o que é resultado em grande medida do início da recuperação da economia mundial face à crise financeira internacional. Na perspectiva de que este cenário se mantenha nos próximos anos, espera-se um crescimento médio anual de cerca de 7.7% durante o período 2011-2014 (Tabela 2). O crescimento esperado⁵ do sector

⁵ Média anual

da Agricultura⁶ (10.8%), Indústria Extractiva (10.6%), Electricidade e Água (10.2%), Construção (12.4%) e Transportes e Comunicações (10%) é que determinarão significativamente o crescimento esperado durante o período 2011-2014.

Tabela 2: PIB, Inflação, e Balança Comercial (2010-2014)

	2010	2011	2012	2013	2014
	<i>Estimativa</i>		<i>Projeções</i>		
PIB (nominal; milhões de USD)	9,912	11,607	12,688	13,574	14,403
PIB nominal (milhões de MZM)	323,585	379,837	437,724	498,899	568,104
Taxa de crescimento (%)	6.6	7.2	7.5	7.9	7.8
Inflação Média anual (%)	12.7	9.5	7.2	5.6	5.6

Fonte: MPD, INE, BM

O crescimento do sector agrícola será determinado pelo maior incentivo da produção familiar através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização dos insumos que terá impacto sobre a produção de alimentos. O crescimento previsto no sector da indústria extractiva poderá ter grande impulso no início da produção de carvão mineral⁷ nos empreendimentos de Benga e Moatize. O crescimento previsto no sector da electricidade e água está relacionado com a operacionalização do projecto da electrificação rural e ainda do arranque do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) o qual trará um maior impulso na produção de água e na dinamização dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA).

A dinâmica esperada no sector de Transportes e Comunicações reflectirá a implementação da Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Sistema de Transportes recentemente aprovado, visando alterar a estrutura da infra-estrutura e dos serviços de transportes que serve principalmente para ligar as zonas do interior da África do Sul, do Zimbabwe e o Malawi ao mar.

A estabilidade dos preços é particularmente fundamental para as populações pobres cuja estrutura de despesas é maioritariamente composta por alimentos. O Governo tem procurado articular de forma adequada as políticas fiscal, monetária e cambial em simultâneo com a implementação de políticas para incrementar a produção e produtividade visando minorar os efeitos da subida acentuada de

⁶ Inclui o sector da pecuária e silvicultura

inflação. Neste sentido, perspectiva-se que durante o período 2011-2014 a taxa média da inflação esteja a um dígito.

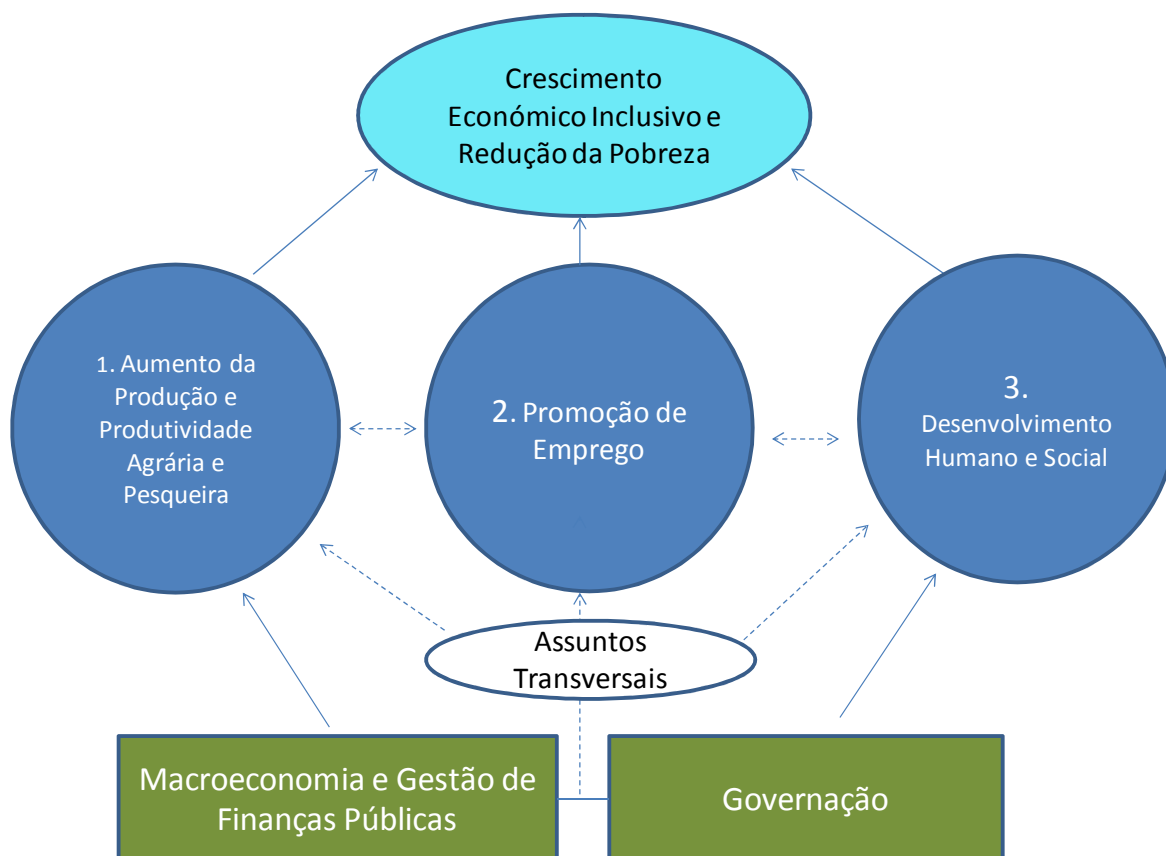
Todavia, não obstante este esforço do Governo existe o risco de inflação acentuar-se aquém do nível previsto devido a factores exógenos, particularmente o impacto da conjuntura do preço de petróleo no mercado internacional⁸, e a tendência de subida dos preços internacionais de alimentos.

III. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

Para o alcance do objectivo global do PARP, três objectivos gerais são fundamentais. **O aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira**, com impacto na oferta de alimentos, é factor determinante para a redução da incidência da pobreza, e joga um papel importante como fonte de rendimento de cerca de 80% da população Moçambicana. Adicionalmente, há necessidade de incentivar a **Promoção de Emprego** decente, com enfoque na facilitação e desenvolvimento das micro, pequenas e medias empresas. O País precisa de cidadãos educados e saudáveis para poder incrementar a produção e produtividade agrícola e assegurar maior promoção de emprego. O acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade, bem como a programas de protecção social que protejam os mais vulneráveis, são imprescindíveis para uma força de trabalho forte e capacitada. Estes objectivos prendem-se com a necessidade de apostar no **Desenvolvimento Humano e Social** como elemento essencial e um objectivo em si.

Os três objectivos estratégicos supracitados, estão interligados e simultaneamente o alcance destes depende de um cenário **macroeconómico** estável e competitivo, uma **Gestão de Finanças Públicas** eficiente e eficaz e uma **Governança** transparente, íntegra, e justa. A relação entre estes objectivos está ilustrada no esquema a seguir que espelha a visão do PARP 2011-2014.

⁸ Para cerca de USD 90 (WEO, Janeiro 2011).



Os objectivos supracitados realçam cada vez mais a importância de assegurar maior coordenação, coerência e consistência entre as várias políticas, estratégias, bem como, tornar as várias estratégias sectoriais mais articuladas e melhor coordenados.

IV. DESAFIOS

Os desafios para combater a pobreza são vários e complexos. Os de maior relevo centram-se na transformação da estrutura de produção e de produtividade económica e suas ligações, com enfoque no desenvolvimento económico e bem-estar das populações. Esta transformação compreende o desenvolvimento rural que abrange a agricultura familiar de modo a torna-la mais produtiva, fortalecendo o mercado doméstico e facilitando a sua integração na economia nacional.

a) *Desafios para agricultura e pescas*

A produção agrícola e pesqueira, em particular a familiar, é crucial para a segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população. Os sectores agrários e pesqueiro têm um grande potencial produtivo, contudo a sua produção (particularmente de bens alimentares em machambas de tamanho pequeno e médio) e produtividade ainda são muito baixas.

O aumento do acesso aos factores de produção, em particular para as mulheres, com maior destaque para a disponibilização de tecnologias adequadas, insumos de qualidade⁹, a melhoria da capacidade de vigilância e controle de pragas e doenças tanto nas plantas como nos animais, são desafios prioritários do presente documento. Constitui ainda desafios otimizar o aproveitamento da água para a agricultura¹⁰.

A fraca comercialização de produtos agrários e pesqueiros constitui o principal desincentivo à intensificação da produção o que limita o crescimento da renda média dos agregados. O desafio para melhorar o acesso aos mercados passa pela melhoria da rede de infra-estruturas, do manuseamento pós-colheita e pós captura, principalmente no que concerne ao armazenamento, conservação e processamento dos produtos, bem como ao acesso a informações sobre mercados e preços, e o envolvimento do sector bancários para melhorar o acesso aos serviços financeiros aos produtores, crédito, seguros, para as zonas rurais¹¹. Outro desafio é de tornar os investimentos em infra-estruturas e serviços necessários mais harmonizados e que gravitem em torno da redução dos custos de transacção de modo a incentivar a participação do sector familiar no mercado.

O uso sustentável dos recursos naturais é fundamental no aumento da produção e produtividade e pressupõe um maior envolvimento das comunidades. O desafio é de melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais, melhorar o processo de administração pesqueira e de terras, reduzir os conflitos homem-fauna bravios, queimadas descontroladas, captura excessiva de recursos marinhos, o corte ilegal e o consumo excessivo de energia lenhosa que constituem grandes ameaças no desenvolvimento dos sectores agrário e pesqueiro.

Desafios adicionais estão directamente relacionados com a redução da presença de minas que afecta as áreas colocadas a disposição das populações e dos sectores económicos para a prática de actividades económicas e sociais; a garantia do manejo dos solos; a redução da vulnerabilidade as

⁹ Sementes melhoradas, fertilizantes, insecticidas, alevinos, e ração.

¹⁰ Uma vez que apenas 8.8% dos agricultores do sector familiar utilizam algum tipo de irrigação (TIA 2008).

¹¹ Seguros reduzem o risco, aumentando a disponibilidade de crédito a baixo custo e a motivação dos produtores para investirem.

calamidades naturais, o aumento da cobertura e qualidade dos serviços de extensão agrária e pesqueira; e da promoção do desenvolvimento da pesca artesanal e aquacultura.

No âmbito da capacidade institucional dos principais actores, o desafio que se impõe é melhorar o sistema de gestão de informação (estatísticas, monitoria e avaliação) desagregada por sexo, para retro alimentar a planificação estratégica com dados e análises sólidas e fiáveis.

b) Desafios para a Promoção do Emprego e o Papel do Sector Privado

A Estratégia para Melhoria do Ambiente de Negócios 2008-2012, a Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas, bem como a Estratégia de Emprego e Formação Profissional constituem a base para a promoção do emprego através do fortalecimento do sector privado.

Os desafios conducentes a melhoria de negócios continuam relacionados com a facilitação do processo de pagamento de impostos para as MPMEs; o acesso a terra e o seu zoneamento para efeitos da actividade agrária e industrial, a facilitação do acesso e transferência de títulos de uso e aproveitamento de terra (DUAT); no que se refere ao comércio internacional, continuam como desafios a facilitação nos procedimentos, aumento da previsibilidade e redução dos custos associados ao processo de importação e exportação.

No sentido de garantir a competitividade empresarial, as infra-estruturas económicas são vitais para permitir a redução dos custos operacionais, no que concerne a electricidade, telecomunicações e transportes, a ligação entre o investimento público em infra-estruturas e as potencialidades económicas, incluindo o maior aproveitamento de recursos naturais.

Do lado da oferta de trabalho, o nível de formação profissional e académica continua baixo. Perto de 80% da força de trabalho não concluiu o ensino primário do primeiro grau e apenas 13% conclui. Actualmente, no sector privado, cerca de 31% da força de trabalho conclui pelo menos o ensino primário do segundo grau. Entretanto, estima-se que cerca de 300 000 jovens entram para o mercado do trabalho anualmente e, porque não há vagas suficientes no sector formal da economia, são absorvidos pelo sector informal.

c) Desafios para Desenvolvimento Humano e Social

A posse privada de bens duráveis assim como o acesso a serviços públicos como saúde e educação, registaram progressos nos últimos 6 anos. No entanto, permanecem diferenças em termos de níveis e tendências ao longo do país, bem como disparidades regionais e de género e desafios de atrasos significativos na implementação de programas de construção e reabilitação das infra-estruturas sociais.

É também imperativo assegurar que a *qualidade* dos serviços acompanhe o ritmo da expansão dos mesmos, e que o custo de uso seja acessível a todos os segmentos da população, ambos medidos pelas taxas de aproveitamento/uso dos mesmos.

De igual modo, continua o desafio da expansão do número de beneficiários cobertos pelos programas de protecção social entre as pessoas mais vulneráveis e pelas redes de protecção produtivas com benefícios comunitários, tomando em conta a necessidade de actualização dos valores dos subsídios.

É importante considerar o impacto do crescimento acelerado da população, principalmente nas áreas urbanas, na degradação das infra-estruturas e serviços urbanos do país, e a necessidade de habitação e promoção de acesso a terra infra-estruturada e apoio a auto-construção. Relativamente ao meio rural impõem-se igualmente a necessidade de uma reinserção social sustentável das populações afectadas pelas calamidades naturais.

A contínua atenção a prestar a doenças como o HIV-SIDA, a Tuberculose e a Malária, que ameaçam a produtividade da mão-de-obra e constroem os investimentos, acelerando assim a vulnerabilidade a pobreza a família de baixa renda, é um imperativo que deverá acompanhar os esforços para o desenvolvimento Humano e Social.

d) Desafios na Governação

Os objectivos de *aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira* e da *promoção de emprego* dependem directamente (i) de um melhor ambiente de negócios (ii) da qualidade do quadro legal das actividades económicas e da sua efectiva implementação; (iii) da descentralização e desconcentração de funções e recursos para o nível local, de modo a que os órgãos locais do Estado tenham a sua capacidade de funcionamento e de prestação de serviços ao cidadão melhorada; (iv) de um verdadeiro Estado de Direito Democrático em que todos os cidadãos e todas as empresas tenham iguais oportunidades sem discriminação.

Na vertente da melhoria de prestação de serviços, os desafios prendem-se a expansão dos Balcões de Atendimento Únicos (BAU's) para os distritos e aumento dos serviços neles prestados; ao uso das tecnologias de informação e comunicação na provisão de serviços públicos; a redução do tempo de espera, e a simplificação de processos; a capacidade dos Funcionários e Agentes do Estado, que continua deficitária (42%, possui o nível básico e apenas 8.1% nível superior¹²); e na disponibilidade dos serviços essenciais ao cidadão.

¹² II Anuário Estatístico dos Funcionários e Agentes do Estado em 2009.

No combate à corrupção, constituem desafios a observância da legislação na aquisição de bens e serviços para o Estado; a implementação dos planos de Acção Anti-Corrupção ao nível dos sectores e distritos; ao fortalecimento dos mecanismos de controlo interno e externo, e a implementação das recomendações resultantes das inspecções e auditorias.

Constituem desafios para o processo da descentralização a capacitação dos Órgãos Locais do Estado (OLE's) e autarquias locais em termos técnicos, infra-estruturais e equipamento, a dinamização do processo de transferência de competências para os municípios, a implementação ao nível local dos mecanismos de controlo interno e de monitoria, o reforço da capacidade dos municípios a planificação estratégica na gestão financeira, aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD).

Na vertente da **Justiça e legalidade**, reserva-se o papel de levar a todos o conhecimento real das normas e procedimentos para a participação no processo de desenvolvimento em todo o país, numa base de igualdade de oportunidades no acesso aos serviços públicos, aos recursos e ao emprego.

Ao sistema da administração da Justiça se impõe continuar a apostar na melhoria da sua capacidade de prestação de serviços, revendo o sistema das custas judiciais, a legislação penal e processual bem assim como acelerando a tramitação processual e criando condições para um melhor desempenho dos magistrados.

O desafio na expansão da rede de infra-estruturas dos tribunais, procuradorias, delegações do Instituto de Patrocínio Assistência Judiciária (IPAJ), palácios de justiça e das prisões bem como a melhoria das suas condições.

A celeridade processual, está ainda aquém da real demanda dos cidadãos aos serviços da justiça no país, e requer maior audácia na gestão e monitoria dos processos para que o desfecho dos litígios submetidos a apreciação do sistema judiciário conheçam uma maior fluidez e sejam mais expeditos, sobretudo no que tange aos de natureza laboral criminal e desenvolvimento económico.

O aprofundamento das reformas legislativas incidindo sobre as normas e procedimento legais desajustados ao estágio actual de desenvolvimento do país, continua sendo uma grande aposta na esfera da governação, com ênfase na matéria económica e na justiça penal.

A manutenção da ordem pública e a protecção dos cidadãos e dos seus bens constitui uma acção indispensável para consolidar o clima de harmonia e paz social. O reforço da capacidade operativa da polícia e de medidas de prevenção e monitoria da criminalidade contribui neste âmbito para maior segurança e tranquilidade nas comunidades, devendo ser melhoradas e consolidadas.

O respeito e protecção dos direitos humanos requer do Estado e Sociedade Civil maior acutilância na consolidação dos mecanismos institucionais e informais, visando desencorajar actos de violência de

qualquer natureza, tráfico de seres humanos e todas as práticas que contrariem os mais nobres valores humanos de solidariedade, igualdade e amor ao próximo.

É importante a clarificação das regras de relacionamento entre a justiça formal e outras formas de resolução de conflitos, no âmbito da revisão da legislação penal em curso¹³.

No combate à corrupção, o Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC) desempenha um papel preponderante tendo em vista o reforço das medidas de tramitação processual, da prevenção e combate à corrupção, melhoria do número de processos julgados e a qualidade de sentenças nos tribunais.

Os desafios nesta área terão como suporte a experiência da elaboração e implementação de dispositivos legais aprovados no quinquénio passado e que contribuíram para a melhoria do acesso à justiça, dos direitos humanos e melhoria do ambiente de negócio¹⁴. Todavia, outros instrumentos serão objecto de aprovação, como sejam, a revisão do Código penal e Processo Penal, Lei dos Tribunais Comunitários, Código das Custas Judiciais, o pacote legislativa anti-corrupção.

e) Desafios para a Política Macroeconómica e Gestão de Finanças Públicas

Este pilar joga um papel importante no apoio dos objectivos de aumento da produção e produtividade agrícola e pesqueira e promoção de emprego através de i) manutenção da estabilidade macroeconómica; ii) contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios; iii) maior eficiência e eficácia na gestão de finanças públicas para assegurar os níveis de investimento público para apoiar a sustentabilidade do desenvolvimento sócio-económico.

Os desafios que se colocam para o sector monetário são: Monitorar a implementação do regulamento cambial, um dos instrumentos importantes para a melhoria da posição externa do País; Continuar a promover a extensão dos serviços financeiros pelo território nacional, tendo em conta a necessidade de contribuir para a dinamização da poupança financeira e desta forma incentivar os investimentos e o crescimento económico; Garantir um sistema nacional de pagamentos eficiente e moderno, através de estabelecimento de sistemas e meios técnicos modernos e universalmente usados; Gerir as reservas

¹³ Em curso a revisão da Lei dos Tribunais Comunitários, a elaboração da lei e Medidas e Penas Alternativas a Prisão e sua harmonização com o Código Penal

¹⁴ Lei do Tráfico de Pessoas, em particular Mulheres e Crianças, Lei da Organização Judiciária; Lei sobre a Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, Lei que Cria a Comissão Nacional dos Direitos Humanos; Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a mulher; Código de Registo de Entidades Legais, Lei do Trabalho, Revisão do Código de Processo Civil, Alteração do Código Comercial; Alteração do Código do Processo Civil, Lei de defesa do Consumidor, Regulamento da avaliação do impacto alimentar, a lei 12-2009, lei sobre as PVHS.

externas com base nas boas práticas, diversificando a carteira, explorando novos mercados com níveis de retorno consideráveis e produtos de menor risco.

Na área da receita pública, o grande desafio prende-se com a manutenção do crescimento anual da receita do Estado em pelo menos 0,5% do PIB. Um contributo mais significativo neste esforço deverá provir dos empreendimentos de grande dimensão de exploração de recursos naturais e das parcerias público-privadas e concessões empresariais. Paralelamente, e dando seguimento a política de provisão de infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento da economia, o desafio continuará ser a angariação de donativos e contratação de empréstimos concessionais para o financiamento do défice orçamental.

Um dos grandes desafios no contexto das reformas das finanças públicas em curso continua a ser a integração entre o plano e orçamento e a gestão do património do Estado incluindo o exercício do orçamento na óptica do género.

V. OBJECTIVOS GERAIS do PARP

Os objectivos gerais do PARP e os pilares de apoio são apresentados por prioridades, objectivos estratégicos nos quais se apresentam as acções prioritárias a serem implementadas até 2014.

a) Objectivo Geral 1: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pecuária

Os sectores agrários/pecuário constituem um pilar da economia do País, contribuindo nos últimos 5 anos para mais de 25% do Produto Interno Bruto e entre 7 e 11% da taxa de crescimento da economia. A estratégia principal para o desenvolvimento do sector agrário e pecuário assenta no Plano de Desenvolvimento Agrário (PEDSA) e no Plano Director das Pescas.

O papel do sector familiar para a segurança alimentar e nutricional é crucial, em particular nas zonas rurais, pois a produção de culturas alimentares básicas (principalmente milho, mandioca, arroz, feijões) constitui quase 90% do total, enquanto a pesca artesanal é responsável pela produção de 85% do pescado para o consumo interno. Uma das principais características do sector familiar é a utilização de técnicas rudimentares que geram rendimentos muito baixos e retornos modestos.

Para promover a produção e produtividade agrária e pecuária **são identificadas as seguintes prioridades:** Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção, Facilitar o acesso aos mercados e Melhorar a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (Terra, Águas, Pescas, Florestas).

Prioridade 1: Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção

Objectivos Estratégicos:

Fortalecer a capacidade dos serviços de investigação na produção de tecnologias para a produção de alimentos que sejam adequadas as características agro-ecológicas do País

- Produzir tecnologias melhoradas e promover a sua adopção;
- Aumentar a qualidade e cobertura dos serviços de extensão pública e privado, tendo em conta a equidade do género;
- Criar Centros de Investigação, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Campos de Transferência de Tecnologias Agrárias, e Incubadoras e Parques Científicos e Tecnológicos.

Aumentar a produção e melhorar o acesso aos insumos

- Incentivar investimentos públicos/privados para estabelecer sistemas locais de produção de insumos;
- Assegurar aquisição de vacinas, medicamentos e drogas para prevenção e controlo sanitário a fitossanitário;
- Realizar testes de adaptabilidade de variedades à características agro-ecológicas locais;
- Assegurar facilidades para aquisição de insumos de pesca pelos pescadores nos distritos com potencialidades de pesca, através da mobilização e incentivos aos comerciantes existentes para introduzindo a venda de insumos de pesca nos seus estabelecimentos;
- Facilitar a construção e povoamento com alevinos tanques de aquacultura em terra.

Promover as associações e cooperativas de produtores para criar economias de escala na utilização de infra-estruturas, serviços e insumos

- Intensificar a criação e capacitação de organizações de produtores;
- Promover a formação de "Clusters" dos Principais Produtos alimentares.

Promover a expansão de infra-estruturas com impacto em zonas com potencial produtivo na base de investimentos públicos e privados

- Construir e reabilitar sistemas para a gestão dos recursos hídricos tendo em conta a vulnerabilidade do País às calamidades naturais e mudanças climáticas;
- Expandir o acesso a energia eléctrica e promover o uso de fontes alternativas priorizando áreas com potencial agrícola e pesqueiro;

- Aumentar áreas desminadas aptas para a produção e para expansão de infra-estruturas socioeconómicas.

Aumentar e facilitar o acesso à mecanização e tracção animal

- Melhorar e monitorar a implementação do programa de fomento de Tracção Animal;
- Promover os fornecedores de serviços para mecanização;
- Melhorar e monitorar a implementação do programa de fomento de embarcações de baixo custo para a pesca em mar aberto.

Garantir o acesso aos recursos naturais

- Acelerar a titulação de parcelas para as comunidades locais, e agentes económicos, com especial atenção às mulheres.

Prioridade 2: Facilitar o acesso aos Mercados

Objectivos Estratégicos:

Melhorar e expandir as infra-estruturas e serviços de transporte

- Melhorar e manter as vias de acesso nas zonas com alto potencial produtivo;
- Prosseguir com a promoção da construção de postos de abastecimento de combustíveis em 31 Distritos ainda não cobertos;
- Criar a Bolsa de Produtos Alimentares de Moçambique.

Melhorar a gestão pós colheita e pós captura

- Promover e difundir a construção de infra-estruturas local de armazenamento;
- Promover e difundir a construção de infra-estruturas local de pesca artesanal e para armazenamento;
- Revitalizar o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM).

Promover a indústria de agro processamento para o aproveitamento dos recursos locais

- Incentivar ligações de mercado entre pequenos produtores e agro industria através de contratos de produção;
- Revitalizar o comércio rural;
- Promover a exportação de produtos não tradicionais.

Facilitar o acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais, assegurando o maior alcance das mulheres

- Promover linhas de crédito especiais e fundos de garantias para o apoio aos pequenos produtores e agentes económicos.

Aumentar o acesso à informação do mercado

- Consolidar e expandir um sistema eficiente de recolha e disseminação de informação de mercado e preços orientado para as zonas com potencial produtivo;
- Promover a produção e disseminação de informação de mercados nos Centros Multimédia Comunitários (CMCs);
- Incentivar a realização de feiras para produtos agrários.

Prioridade 3: Melhorar a gestão sustentável de recursos naturais (terras, águas, pescas e floresta)

Objectivos Estratégicos:

Melhorar o planeamento territorial e os mecanismos de gestão de terras

- Implementar a lei de ordenamento territorial com enfoque para o mapeamento, zoneamento agrário e cadastro das terras;
- Efectuar o mapeamento das zonas de risco a calamidades naturais.

Adoptar medidas de redução de risco a calamidades e adaptação as mudanças climáticas

- Promover estratégia de redução de emissões por desmatamento e degradação das florestas e reflorestamento e combate a queimadas descontroladas;
- Promover a agricultura de conservação e diversificação das fontes de rendimento em áreas de risco de desastres;
- Criar, treinar e equipar comités locais de gestão de risco de desastres em zonas de risco e de desastres em zonas vulneráveis as mudanças climáticas;
- Operacionalizar os Comités de gestão dos recursos naturais.
- Promover programa de reflorestamento e de redução de emissões por desmatamento e degradação das florestas e estabelecimento de stocks de carbono (REDD +).

b) Objectivo Geral 2 – Promoção de Emprego

Este objectivo visa promover o emprego dos cidadãos através de acções multi-sectoriais que visem melhor ambiente de negócios com vista atrair investimentos e estimular as MPME's, alavancar a empregabilidade da força de trabalho e incrementar o seu papel de facilitação na ligação entre a procura e oferta do emprego. Serão igualmente desenvolvidas acções tendentes a melhorar a inserção laboral de grupos alvo especiais como a mulher e os jovens, pessoas com deficiência e pessoas infectadas e afectadas por HIV/SIDA.

Para alcançar os objectivos da promoção de emprego são identificadas três prioridades: Estimular a criação de Emprego, Melhorar a empregabilidade dos cidadãos, e facilitar a ligação entre a procura e oferta do emprego.

Prioridade 1 – Estimular a criação de Emprego

Objectivo Estratégicos:

Criar um ambiente favorável à constituição e desenvolvimento das MPME's, atracção de investimento doméstico e estrangeiro em indústrias de mão-de-obra intensiva

- Aprovar e implementar o estatuto geral das MPMEs que estabelece uma nova classificação das MPME's e o regime de tratamento específico a ser concedido as mesmas;
- Massificar o regime de licenciamento simplificado das actividades económicas, estendê-lo para mais áreas de actividades em particular a aprovação e implementação do Regime de licenciamento negativo para Micro-empresas;
- Regime Fiscal especial para as micro empresas que consistirá na simplificação de procedimentos passando a ser pago uma parcela básica liberatória que poderia ser paga em parcelas quadrimestrais de forma simples em que fosse necessário apresentar apenas um formulário simples e o NUIT;
- Criar incubadoras de Empresas para estimular o desenvolvimento das MPMEs através da capacitação de empreendedores para a transformação de ideias de negócio em projectos de sucesso e garantir que os empreendedores possam usar equipamentos e instalações da incubadora até a fase da maturação;
- Criar parques industriais de modo a orientar os investimentos para o desenvolvimento do País, onde será dada maior primazia as MPMEs;

- Estabelecer e operacionalizar Centros de Transferência de Conhecimento para permitir que as comunidades a nível local possam aprender a utilizar equipamentos de agro processamento, as boas práticas de gestão de unidades industriais e os procedimentos para a criação de uma empresa. Os centros permitirão também o processamento de produtos locais;
- Proceder ao zoneamento das terras para efeitos da actividade agrária e industrial e facilitação do acesso e transferência de títulos de uso e aproveitamento de terra.

Assegurar o acesso integrado ao crédito e aos serviços de apoio e desenvolvimento das MPME's

- Expandir os Centros de Orientação ao Empresário para nível provincial para capacitar empresários locais na elaboração de planos de negócios, gestão empresarial, procedimentos de criação de uma empresa e disponibilizar informações úteis ao empresário;
- Criar um serviço integrado de financiamento e de prestação de serviços de apoio as MPMEs com enfoque nas mulheres;
- Promover e incentivar o desenvolvimento de iniciativas que adicionem valores aos recursos naturais, com especial atenção para aquelas que permitem maior participação da mulher.

Promover indústrias de mão-de-obra intensiva

- Flexibilizar a Lei Laboral nas questões atinentes a contratação de mão-de-obra nacional e estrangeira qualificada, horas extraordinárias, salário mínimo, faltas justificadas e despedimento, com vista a estimular as indústrias de mão-de-obra intensiva;
- Regulamentar a Lei 5/2000 de 5 de Fevereiro, acesso ao emprego de pessoas com HIV SIDA.

Promover as ligações entre pequenas e grandes empresas destacando os mega-projectos

- Criar programas de ligações/complementaridade entre as MPMEs e as grandes empresas visando estimular a prestação de bens e serviços;

- Identificar locais geográficos para a criação de Praças Financeiras Sectoriais para aglomerar empresas específicas do mesmo ramo de actividade, tendo em vista aumentar a sua competitividade, reduzir os custos de transacção, incentivar a especialização e atrair outros negócios.

Estabelecer esquemas de obras públicas intensivas em mão-de-obra que forneçam postos temporários de emprego de baixo custo em obras públicas como a construção e manutenção de infra-estruturas locais

- Focalizar a entrada de jovens, mulheres e empreendedores na força de trabalho produtiva através da implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU) e do desenvolvimento de infra-estruturas como estradas, escolas, centros de saúde e provisão de serviços públicos de saneamento do meio com uso de mão-de-obra intensiva;
- Regulamentar os esquemas de obras públicas intensivas em mão-de-obra que fornecem postos temporários de emprego de baixo custo em obras públicas como a construção e manutenção de infra-estruturas locais.

Prioridade 2 – Melhorar a empregabilidade dos cidadãos

Objectivo Estratégicos:

Melhorar a qualidade e possibilidades da formação profissional pública e privada no sector informal urbano e rural

- Disponibilizar acções e instrumentos que valorizem a qualidade da oferta privada de formação (formação de formadores, harmonização dos curriculas e conteúdos programáticos, material didáctico etc);
- Desenvolver programas de formação profissional para o auto-emprego, com enfoque para agricultura, agro-processamento e manutenção industrial, incluindo atribuição de meios de trabalho para os mais carenciados entre mulheres, jovens, pessoas com deficiência e pessoas afectadas ou infectadas por HIV/SIDA;
- Desenvolver programas de formação para jovens virados para o emprego e auto emprego em áreas especializadas e profissionalizantes com intuito de assegurar a participação activa da juventude nos programas de desenvolvimento da economia nacional;

- Apoiar os operadores do sector informal da economia através da provisão de programas do tipo “*Comece Teu Negócio*” e “*Gere Melhor o Teu Negócio*”;
- Estabelecer programas de estágio entre as escolas técnicas, centros de formação profissional e as empresas públicas e privadas com vista aprimorar capacidades técnicas dos recém-graduados.
- Implementar o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Área de Ciência e Tecnologia (PDRHCT) no quadro do fortalecimento das capacidades técnicas e científicas para o crescimento das MPMEs e responder as necessidades das indústrias emergentes nos sectores produtivos;
- Desenhar e implementar a Plano de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Moçambique.

Alinhar as acções de formação profissional as necessidades das industrias emergentes nos sectores estratégicos

- Rever e harmonizar programas e curriculas de formação profissional do nível I e II prioritariamente nos sectores de hotelaria e turismo, manutenção industrial, agricultura, processamento, mineração, administração e gestão; expandir e capacitar institucionalmente os Centros comunitários de Desenvolvimento de Competências e Centros de Formação Profissional.

Valorizar e reconhecer a aprendizagem prévia adquirida fora dos subsistemas formais de Educação Profissional

- Massificar a abordagem de aprendizagem profissional tradicional e utilização das unidades de formação móveis como método ou meio de acesso à formação profissional por parte das populações rurais;
- Criar um Sistema Nacional de Certificação de Competências Profissionais.

Prioridade 3 – Facilitar a ligação entre a procura e oferta do emprego

Objectivos Estratégicos:

Reduzir as assimetrias de informação entre a procura e oferta de emprego

- Expandir e capacitar a rede dos centros públicos de emprego em meios humanos e materiais para realizar com efectividade acções de Informação e Orientação Profissional e integrar nestas valências de apoio ao micro-empresário, de facilitador ao acesso a crédito e de promotor de estágios profissionais.

Melhorar o diálogo entre o sector público e privado sobre tendências de emprego e de negócios

- Instalar um Observatório de Emprego e Formação, como órgão de discussão e consulta do Governo sobre a situação corrente e perspectivas no mercado de trabalho e formação profissional e como espaço para a apresentação dos resultados dos diversos programas ou fundos (FDD, PERPU, Pro-Jovem entre outros) de apoio ao próprio emprego.

Melhorar a qualidade, frequência e relevância da informação sobre o mercado de trabalho e desenvolvimento do sector empresarial:

- Instalar sistemas de monitoria sobre o desempenho do sector privado e de Informação sobre o Mercado de Trabalho capaz de assessorar a produção de estatísticas relevantes, oportunas e fiáveis sobre a estrutura e dinâmicas do mercado e capacitar institucionalmente os órgãos responsáveis pela respectiva colecta, sistematização e divulgação.

c) Objectivo Geral 3 – Desenvolvimento Humano e Social

O desenvolvimento humano e social joga um papel preponderante no alcance dos objectivos gerais de aumento de produção e produtividade agrária e pesqueira e na promoção do emprego, através da provisão de serviços públicos de educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, água e saneamento, habitação, protecção social e produtiva. A área de infra-estruturas sociais serve como um instrumento directo de desenvolvimento do bem-estar social e um catalisador para a geração de emprego e integração das ciências e tecnologias nos processos de desenvolvimento local e nacional, contribuindo para o crescimento económico.

O mesmo enfoca em três prioridades: Disponibilidade e qualidade no acesso aos serviços sociais, segurança social básica e infra-estruturas sociais.

Prioridade 1: Disponibilidade e qualidade no acesso aos serviços sociais

Objectivos Estratégicos:

Promoção da equidade no acesso aos cuidados de saúde privilegiando a saúde e nutrição da mulher, da criança e de outros grupos vulneráveis

- Reforço das acções com vista ao aumento do acesso das mulheres grávidas ao parto institucional através de financiamento e melhoria no número e qualidade dos provedores de serviços; e incentivos para aumentar a demanda dos serviços;
- Implementação das actividades de vigilância nutricional preventiva e curativas para redução da mortalidade por mal nutrição em crianças de 0-5 anos;
- Implementação dos pacotes de intervenção do plano multisectorial para a redução da desnutrição crónica;
- Formação de formadores e profissionais de saúde em assistência materna e neonatal humanizada inclusive o apoio ao aleitamento materno exclusivo e a alimentação infantil no contexto de HIV e SIDA;
- Inventariação e disseminação de boas práticas de consumo e higiene alimentar na comunidade através de capacitação das estruturas e organizações locais.

Melhoria da gestão de recursos humanos, elevando o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento com qualidade e na satisfação das necessidades dos utentes

- Fortalecer a capacidade de gestão, planificação e administração de RHS de acordo com a reforma da administração pública a decorrer, e a realidade da descentralização de funções;
- Formação, graduação e colocação adequada dos profissionais de saúde;
- Implementar incentivos não financeiros para o recrutamento, a rotação e retenção dos recursos humanos;
- Implementação dos mecanismos para os utentes do sistema nacional de saúde e a sociedade civil participar na prestação de contas sobre a qualidade dos serviços.

Acesso universal ao Ensino Primário de sete classes, de qualidade que garanta a aprendizagem de competências básicas

- Continuar a implementação da nova abordagem de construção de salas de aula para acelerar a construção, melhorar a sua qualidade e sustentabilidade;

- Continuar a consolidação e implementação dos programas com enfoque na melhoria da qualidade do ensino, assegurando a retenção das crianças e a conclusão da sétima classe, como sendo a reforma dos programas de formação de professores, com maior enfoque na formação em-exercício, um melhor acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula;
- Priorizar actividades viradas para a melhoria de gestão da escola em particular em termos da implementação do calendário escolar e das horas lectivas, do uso racional do espaço escolar, do uso do tempo dos professores, incluindo o seu recrutamento, e do financiamento da escola;
- Elaborar, em conjunto com todos os intervenientes relevantes, uma estratégia e integrada em relação ao desenvolvimento da primeira infância;
- Continuar a promover acções para retenção das crianças nas escolas com particular atenção para as raparigas, através de um melhor acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula, entre outros.

Expansão do acesso para os jovens e adultos aos programas de alfabetização e de habilidades para a vida, através da consolidação e harmonização das diferentes intervenções dos parceiros

- Alfabetizar anualmente 1 milhão de jovens e adultos através de diferentes programas de alfabetização, envolvendo diferentes parceiros dentro e fora do aparelho de estado;
- Assegurar, adaptar e alinhar os programas de Alfabetização e pós-alfabetização, incluindo o encorajamento da criação de bibliotecas comunitárias;
- Assegurar, em colaboração com outros provedores (dentro e fora do Governo), a expansão das oportunidades de formação profissional não formal e de curta duração para alunos que completem o ensino primário, bem como jovens e adultos fora de sistema através, entre outros, da criação dos Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências.

Expansão das oportunidades de qualidade e relevância para desenvolver habilidades para a vida para jovens e adultos, com enfoque no ensino pós-primário (secundário, técnico e superior)

- Expansão do ensino secundário através do uso do ensino à distância, a construção de escolas secundárias mais perto das comunidades e o encorajamento da participação do sector privado;

-
- Continuar a reforma do currículo para o ensino secundário, na perspectiva de uma educação profissionalizante com disciplinas integradas para garantir um ensino de qualidade com maior relevância;
 - Consolidar e expandir a reforma curricular no ensino técnico-profissional (enfoque no nível médio), assegurando uma melhor ligação com o mercado de trabalho;
 - Consolidar as reformas institucionais no âmbito do ensino superior, para melhorar a qualidade de oferta.

Prioridade 2: Segurança Social Básica

Objectivos Estratégicos:

Aumentar da cobertura e o impacto dos Programas de Acção Social Directa, contribuindo para a segurança económica e nutricional dos grupos mais vulneráveis

- Alargar de forma gradual e sustentada a cobertura dos Programas de Acção Social Directa a uma percentagem crescente dos agregados familiares, com base num mapeamento de vulnerabilidades sociais e num exercício de custeamento das diferentes opções e de análise das opções de financiamento, de forma a garantir a sustentabilidade financeira das mesmas;
- Definir critérios harmonizados de elegibilidade dos beneficiários dos programas de Segurança Social Básica, com a preocupação de garantir a redução das desigualdades de género, tendo em conta o impacto do HIV/SIDA e a situação de desnutrição infantil;
- Assegurar um mecanismo sistematizado de revisão anual do valor dos subsídios de forma a garantir a manutenção do poder de compra;
- Promover o financiamento de projectos de inserção socioeconómica.

Aumentar a eficiência operacional e a transparência do sector, através do desenvolvimento de melhores sistemas operacionais e de maior coordenação e harmonização entre as várias componentes

- Operacionalizar o Conselho de Coordenação do Subsistema de Segurança Social Básica;
- Estabelecer um sistema de informação em SSB compreendendo a criação de uma base de dados (desagregado por sexo) para registo dos beneficiários dos programas e o desenvolvimento de um sistema de monitoria;

- Estabelecer mecanismos operacionais que garantam o aumento da cobertura geográfica e da eficiência dos programas de Protecção Social Básica, incluindo soluções alternativas de pagamento.

Garantir o acesso dos grupos mais vulneráveis a serviços de assistência complementares

- Assegurar um mecanismo que garanta o acesso aos serviços de registo civil para todas as crianças e para todos os beneficiários dos programas de SSB;
- Desenvolver e implementar um plano de expansão e reforço da qualidade dos serviços sociais dirigidos às pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade, incluindo programas de apoio psicossocial, tendo como base a elaboração de uma Carta Social;
- Estabelecer serviços integrados de prevenção e resposta à violência contra a mulher e criança, incluindo a expansão e fortalecimento dos Gabinetes de Atendimento, acesso à justiça, assistência social e psicológica;
- Assegurar que as Crianças Órfãs e Vulneráveis beneficiam de programas de assistência complementar de Protecção Social incluindo protecção, assistência jurídica e acesso à justiça, cuidados de saúde e apoio psicossocial.

Desenvolver e implementar mecanismos de promoção do acesso dos mais vulneráveis ao sistema de educação e de saúde, através da componente de Acção Social Escolar e Acção Social Saúde

- Continuar com a distribuição gratuita de livro escolar, introduzindo reformas nas áreas de aquisição e de distribuição para poupar recursos e aumentar; a alocação dos fundos para as escolas através do programa Apoio Directo para as Escolas;
- Realizar um estudo e implementar as respectivas recomendações sobre a possibilidade de garantir a expansão do programa “apoio alimentar escolar” a todas as escolas do ensino primário e eventualmente outros níveis de ensino;
- Instituir uma transferência social (monetária ou em géneros) por parto assistido numa unidade de saúde pública;
- Aumentar a ligação entre as unidades sanitárias e a comunidade através de formação e uso de parteiras tradicionais e agentes polivalentes elementares;
- Fortalecer a educação nutricional em níveis diferentes de formação como parte do currículo escolar.

Desenho e operacionalização de um Programa Nacional de Acção Social Produtiva em resposta à insegurança alimentar crónica e à vulnerabilidade face aos choques climáticos, à variação de preços e à sazonalidade na produção agrícola

- Implementação do Programa ao nível do Distrito ou Município destinado à assistência social em troca de trabalhos públicos, assegurando a inclusão das pessoas mais vulneráveis;
- Promover mecanismos que garantam que as pessoas mais vulneráveis tenham acesso à promoção de actividades geradoras de rendimento com particular enfoque à mulher;
- Garantir a criação de mecanismos de financiamento que assegure a sustentabilidade e expansão desta intervenção a um número crescente de Distritos e Municípios, tendo em conta as disparidades geográficas e de género.

Prioridade 3: Infra-estruturas sociais

Objectivos Estratégicos:

Aumentar o acesso e uso dos serviços de abastecimento de água potável e saneamento seguro nas zonas rurais e urbanas/peri-urbanas.

- Construção e reabilitação de fontes dispersas, nas zonas rurais;
- Implementação de estratégias conducentes a sustentabilidade e uso das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento (novas e existentes) nas zonas rurais e peri-urbanas;
- Estabelecimento de ligações domiciliárias e construção de fontanários adicionais nas cidades e vilas urbanizadas;
- Promoção da construção de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas em zonas urbanas e peri-urbanas;
- Promoção da construção de latrinas familiares (melhoradas e tradicionais) em zonas rurais.

Assegurar a mobilidade dos utentes urbanos garantindo a acessibilidade ao transporte, minimizando distâncias e tempo de viagem e de espera nos terminais e nas paragens

- Liberalizar a tarifa de transportes, resguardando os trabalhadores e estudantes quando transportados de e para o serviço e/ou escola, bem como as camadas populacionais mais vulneráveis independentemente donde e para onde estão a ser transportados;
- Criar condições para se adquirir mais auto-carros, barcos e auto-motoras para transporte colectivo, uniformizando as marcas que por sua vez devem estar em condições de se adaptar as condições locais, com operacionalidade e mecânicas simplificadas.

Expansão dos serviços de energia para saúde e educação

- Prosseguir com a instalação de sistemas solares em zonas rurais sem acesso à energia da Rede Eléctrica Nacional (REN) com prioridade para escolas e centros de saúde, em todas as Províncias;
- Electrificar todas as sedes distritais ainda não ligadas à rede eléctrica nacional (REN), bem como, Postos Administrativos.

Promover o Acesso e Posse Segura de Terra Infra-Estruturada e Apoio à Auto-Construção com maior enfoque para as mulheres

- Proceder ao planeamento e ordenamento territorial com vista a promover a construção habitacional, e adoptar medidas para disciplinar o uso dos solos urbanos e peri-urbanos;
- Promover a divulgação de novas tecnologias de construção de habitação, mais baratas e acessíveis ao cidadão sobretudo aos jovens, funcionários e agentes do Estado promovendo a auto – construção e a implementação de indústrias de matérias de construção;
- Continuar a encorajar a transferência das populações vivendo em zonas de risco de calamidades para locais seguros.

Promoção da Construção de Novas habitações

- Criar incentivos fiscais que estimulem o processo de construção de habitações; e encorajar o desenvolvimento de parcerias público – privadas;
- Promover mecanismos financeiros que assegurem a implementação de programas de habitação.

Melhoramento de Assentamentos Humanos Informais

- Desenvolver acções coordenadas de implementação de infra – estruturas e serviços básicos (vias de acesso, água, saneamento, energia) e espaços de lazer;
- Promover o reordenamento das habitações e demarcação de talhões.

Envolvimento de mão-de-obra local nos projectos do sector

- Apoiar acções de capacitação do sector privado local (Artesões locais) incluindo ONGs/CBOs para a sua participação efectiva na implementação dos programas de abastecimento de água e saneamento nas zonas rurais e peri-urbanas. (harmonizar com objectivo 2, Emprego).

d) Pilares de Apoio - Boa Governação

No combate à pobreza, a acção do Governo preconiza a prestação de serviços públicos de forma célere, abrangente e com qualidade, vocacionados a satisfazer as necessidades básicas do cidadão e dos agentes económicos. Com a descentralização progressiva dos poderes de decisão e recursos para os níveis de distrito, posto administrativo e autarquias locais aproximam-se os serviços às populações, garantindo igualmente o reforço da participação do cidadão na acção governativa ao nível local. Por outro lado o governo pretende assegurar, de forma articulada, os direitos, liberdades e as garantias fundamentais dos cidadãos, e contribuir para a harmonia social e o fortalecimento das instituições democráticas e do Estado de Direito, incentivando a cultura de integridade, isenção, transparência, eficácia e eficiência na prestação do serviço público¹⁵.

Neste contexto são definidas as seguintes prioridades: Melhorar o acesso e a qualidade de prestação de serviços públicos aos cidadãos em toda a expansão territorial, Combater a corrupção nas instituições públicas, Descentralização e governação local e Consolidação do Estado Democrático de Direito.

Prioridade 1 – Melhorar o acesso e a qualidade de prestação de serviços públicos aos cidadãos em toda a extensão territorial

Objectivos Estratégicos

Melhorar a qualidade dos serviços do Sector Público em particular os BAUs

- Implementar a Carta da Função Pública Africana;
- Introduzir o uso das TICs na prestação de serviços;
- Proceder à simplificação e desburocratização de serviços;
- Formar e capacitar os funcionários e agentes do Estado;
- Alargar a abrangência do inquérito de satisfação dos utentes a mais distritos;
- Informatizar e conectar os BAUs às instituições do Estado.

¹⁵ O momento actual é crucial, quer do ponto de vista da reforma do sector público quer do combate à corrupção, pois os documentos orientadores destes dois processos encontram-se no fim da sua vigência, estando, por isso, em curso a elaboração das novas abordagens que irão orientar estas duas áreas. De facto, a Estratégia Global da Reforma do Sector Público (EGRSP) 2001-2011 está no seu derradeiro ano de vigência e a Estratégia Anti-Corrupção (EAC) 2006-2010 terminou no final do ano transacto.

Alargar a oferta de serviços (físico e temático)

- Expandir os BAUs para alguns distritos seleccionados;
- Aumentar a quantidade de serviços disponíveis nos BAUs para, pelo menos, os descritos no Decreto nº 14/2007, de 30 de Maio;
- Alargar a rede Registral em todas as instituições.

Melhorar a eficiência do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no funcionamento das Instituições Públicas e prestação de serviços públicos.

- Aumentar a largura de banda da Rede Electrónica do Governo (GovNet) para melhorar as comunicações no sector público;
- Ligar os Distritos à Rede Electrónica do Governo para garantir melhoria da interligação e prestação de serviços;
- Alargar a cobertura do Sistema do Correio Electrónico do Governo para os Distritos;

Prioridade 2 – Combater a corrupção nas instituições públicas

Objectivos Estratégicos

Aumentar a transparência e a prestação de contas

- Aumentar o número de aquisições do Estado feitas via concurso;
- Implementar as recomendações da 2ª Pesquisa Nacional sobre a Governação e Corrupção;
- Implementar a Iniciativa sobre a Transparência da Indústria Extractiva;
- Publicar dados sobre processos disciplinares, desagregados por sectores.

Fortalecer os mecanismos de controlo interno e externo

- Melhorar o funcionamento dos órgãos de Controlo Interno e garantir a implementação das recomendações saídas das inspecções e auditorias internas, e a sua publicação;
- Auditar uma porção crescente do OE em todos os níveis territoriais;
- Implementar as recomendações saídas das auditorias externas e garantir a sua publicidade.

Prioridade 3 – Descentralização e governação local

Objectivos Estratégicos:

Garantir a reforma e capacitação institucional da administração local

- Prosseguir com a reforma organizacional e institucional dos OLEs;
- Capacitar os OLEs em recursos humanos e meios de trabalho através do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas e outras acções complementares de capacitação das lideranças locais;
- Fortalecer a capacidade dos OLEs na gestão de recursos públicos (planificação, gestão financeira e implementação) para o desenvolvimento local duma maneira participativa e transparente;
- Operacionalizar um sistema de monitoria de desenvolvimento distrital na implementação de desenvolvimento local;
- Construir e reabilitar infra-estruturas administrativas dos órgãos locais e infra-estruturas económicas;
- Incrementar as transferências orçamentais para os Órgão locais do Estado e municípios.

Consolidação e capacitação do funcionamento dos municípios e melhorar o desenvolvimento urbano

- Continuar a transferência de funções e competências para os municípios;
- Capacitação dos municípios em gestão de processos administrativos, colecta de recursos, serviços, ordenamento territorial e gestão do solo;
- Implementação de projectos no âmbito do Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana em 11 municípios.

Reforçar a participação do cidadão na acção governativa

- Promover a implementação da orçamentação participativa nos municípios;
- Integração de assuntos transversais nos Planos de Desenvolvimento Distrital;
- Fortalecer a participação de cidadãos na formulação, implementação, monitoria e avaliação de planos de desenvolvimento a todos níveis.

Prioridade 4 – Consolidar o Estado de Direito Democrático

Objectivos Estratégicos

Garantir o acesso à Justiça a todos os cidadãos, em particular os economicamente desfavorecidos

- Prosseguir o alargamento da rede judiciária com particular realce nos Palácios de Justiça a nível provincial e distrital;
- Expandir a cobertura da rede do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica;
- Consolidar os mecanismos de acesso a Justiça à todos os níveis, incluindo os canais de atendimento e resolução de conflitos e reclamações dos cidadãos;
- Prosseguir com as Reforma Legislativas (Ver detalhes na Nota Técnica);
- Elevar o grau de operatividade da polícia na garantia da ordem e segurança de pessoas e bens.

Prevenir e combater a criminalidade com particular realce na corrupção e aos desvios de recursos do Estado

- Prosseguir a articulação e coordenação inter-institucional da administração da Justiça, para permitir a celeridade, eficiência, eficácia e transparência na tramitação dos processos;
- Elevar o grau de operatividade da polícia na garantia da ordem e segurança de pessoas e bens;
- Rever o pacote legislativo Anti-corrupção Reforçar os mecanismos de prevenção e combate à corrupção;
- Elaborar e implementar o Instrumento de orientação para a boa governação e combate à corrupção no período 2011-2014;
- Criar mecanismos que impulsionem a melhoria do desempenho dos magistrados.

e) *Pilar de Apoio - Macroeconomia*

A estabilidade macroeconómica é fundamental para um crescimento económico inclusivo e a redução da pobreza num contexto em que a economia moçambicana é influenciada pelos choques externos como a subida de preço internacionais de alimentos e combustível.

Não obstante, para impulsionar o crescimento e transformação da economia nacional de modo a gerar emprego, é essencial criar condições macroeconómicas competitivas que dinamizem a economia nacional através de uma taxa de inflação baixa e a estabilidade cambial, sem descuidar a competitividade externa do País.

Para chegar aos níveis de investimento público necessário para apoiar a sustentabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento sócio-económico, será necessário aumentar as receitas do Estado através da melhoria dos impostos directos, e acelerar o crescimento do investimento público superior ao crescimento do consumo público.

Neste contexto são definidas as seguintes prioridades: Política Monetária e Cambial e Gestão de Finanças Públicas.

Prioridade 1: Política Monetária e Cambial

Objectivo Estratégico:

Consolidar a Estabilidade Macroeconómica

- A manutenção de um baixo nível de inflação concorre para: (i) estimular a realização de novos investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros; (ii) melhorar o ambiente de negócios; (iii) alocar de forma eficiente os recursos disponíveis na economia; (iv) melhorar a distribuição do rendimento; e (v) manter o poder de compra dos consumidores.
- **Meticalização da Economia:** A utilização cada vez crescente do Metical nas transacções realizadas dentro do território moçambicano é um imperativo nacional, tanto para efeitos de valorização do Metical, como também, na facilitação das transacções nos vários segmentos de mercado, incluindo as zonas rurais.
- **Competitividade Externa:** Promover a competitividade externa através da política cambial.
- **Bancarização:** No que concerne a bancarização o Governo continuará a envidar esforços na promoção da expansão dos serviços financeiros pelo território nacional.

Prioridade 2: Gestão de Finanças Públicas

Objectivos Estratégicos:

Aumentar a arrecadação de receitas de uma forma sustentável e justa

- Descentralizar o sistema de pagamento de impostos mediante a abertura de mais áreas fiscais, incluindo postos móveis de cobrança, para permitir que postos fronteiriços sirvam também para o pagamento de impostos internos, bem como o envolvimento das autoridades administrativas e comunidades locais na cobrança dos impostos;
- Implementar o mecanismo de janela única electrónica para o desembaraço aduaneiro, facilitando o comércio externo;
- Facilitar pagamentos através dos Bancos, fortalecer a repartição do Grandes Contribuintes e diminuir os custos de transacção para os contribuintes;
- Adoptar e implementar sistemas electrónicos de cobrança e gestão da receita através do e-Tributação;
- Promover a educação fiscal, tendo em vista a popularização do imposto e o alargamento da base tributaria, incluindo nela o sector informal.

Garantir a afectação de recursos públicos para áreas prioritárias para a redução da pobreza

- Melhorar os processos de planificação e orçamentação visando a sua integração, eficácia e eficiência no âmbito da implementação da metodologia POP (planificação e orçamentação por programa);
- Estabelecer o Sistema Nacional de Planificação.

Promover o financiamento para investimento de forma sustentável

- Mobilizar recursos concessionais para o financiamento das acções prioritárias para o desenvolvimento económico e social;
- Elaborar uma estratégia da dívida coerente e em consonância com o crescimento económico equilibrado e sustentável a médio e longo prazo;
- Implementar o novo sistema de selecção de projectos de investimento e em particular adoptar o protocolo de selecção de projectos e o modelo de avaliação padrão para aumentar a capacidade de identificar e implementar projectos de investimento com alto potencial;
- Adopção do Plano Integrado de Investimentos.

Promover maior abrangência, transparência, eficácia e eficiência na gestão dos recursos públicos

- Massificar o pagamento directo e atempado, via e-SISTAFE aos fornecedores de bens e serviços e a outros beneficiários, incluindo pagamento de salários, pensões rendas vitalícias;

-
- Elaborar o Modelo conceptual do Sistema de Gestão do Património para permitir a ligação entre o processo das aquisições de bens e sua inventariação;
 - Melhorar a transparência e integridade do sistema de *procurement* para garantia de redução do risco fiduciário e aumento da eficiência da despesa pública;
 - Reforçar a capacidade de controlo interno e da transparência na utilização dos recursos públicos;
 - Aumento de eficiência e eficácia da auditoria externa;
 - Assegurar a elaboração da Conta Geral do Estado com o devido rigor, qualidade e em tempo oportuno;
 - Aperfeiçoar o sistema de acompanhamento de recomendações de auditorias pelos OCI's;
 - Melhorar os processos de contratações públicas através de mecanismos que permitam monitorar e avaliar a transparência, informação, integridade, capacidade e mecanismos de recursos nos processos de aquisições, realizados pelos órgãos e instituições do Estado.

Melhorar a gestão de recursos naturais de forma a aumentar o aproveitamento para a economia nacional e comunidades locais

- Implementar a Iniciativa sobre a Transparência da Indústria Extractiva e melhorar na informação publicada sobre os mega-projectos;
- Desenvolver um sistema eficaz de controlo dos grandes contribuintes e mega-projectos;
- Incrementar os benefícios para as comunidades resultante da exploração dos recursos naturais;
- Assegurar o cumprimento da legislação para que as comunidades locais e as zonas onde são explorados os recursos naturais beneficiem duma proporção das receitas desta actividade.

VI. ORÇAMENTAÇÃO PROGRAMÁTICA DO PARP

As acções prioritárias do PARP serão implementadas e financiadas através das acções integradas em cada um dos programas constantes do Cenário Fiscal de Médio Prazo e operacionalizados, anualmente, pelo PES e OE.

a) Envelope de Recursos

A actual conjuntura macroeconómica nacional e internacional e as expectativas para os próximos anos terão reflexos no envelope de recursos domésticos e externos, o que por sua vez terá implicações na

PARP 2011-2014

APROVADO NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 DE MAIO DE 2011

alocação de recursos para assegurar que níveis de investimento suficientes sejam canalizados as prioridades do PARP 2011 - 2014.

Prevê-se que um crescimento da economia nacional consistentemente a uma taxa de 7,8% em média e por outro lado a expansão média da base tributária e aperfeiçoamentos previstos na Administração Tributária poderão induzir o crescimento das receitas por via de maior eficiência tributária.

No entanto, as pressões orçamentais nos países parceiros de cooperação como corolário da crise financeira mundial, têm levado estes a sustentarem previsões mais cautelosas em relação aos seus desembolsos para o período 2011-2014.

Porquanto, espera-se que os recursos internos registem um crescimento acentuável (20% em média do período do CFMP 2012-2014) derivado do crescimento das Receitas do Estado. A tabela 3, mostra a projecção de recursos internos e externos parte dos quais são destinados para afectação sectorial no período 2011-2014.

Tabela 3. Resumo de Envelope de Recursos

<i>(Milhoes de MT)</i>	2011	2011	2012	2013	2014
	OE	Proposta OE Rev .	Projeções		
Total de Recursos	132,403	141,757	153,806	168,357	186,892
Recursos Internos	74,338	81,776	93,311	107,851	127,120
Receitas do Estado	73,275	79,165	90,726	106,987	125,742
Crédito Interno	1,064	2,611	2,585	864	1,378
Recursos Externos	58,065	59,981	60,495	60,506	59,772
Donativos	35,769	35,285	33,696	34,061	35,303
Créditos	22,296	24,697	26,799	26,445	24,469

Fonte: MPD/MF - QM, REO, CGE e OE

O envelope de recursos totais programados para o período de 2011 à 2014 passará de 132 para 187 mil milhões de Meticais. Para o mesmo período de referência, estima-se que as receitas do Estado poderão passar de 73.3 para 125.7 mil milhões de Meticais.

b) Afectação Estratégica de Recursos

No PARPA II as despesas prioritárias foram definidas por sector, abrangendo as despesas de funcionamento e investimento ligadas as áreas de educação, saúde, HIV/SIDA, desenvolvimento de

infra-estruturas, agricultura, desenvolvimento rural, governação e o sistema judicial. Neste PARP, a orçamentação é feita por objectivos com base na metodologia de planificação e orçamentação por programas (POP) abordagem que guia os processos de planificação e orçamentação em Moçambique.

Esta abordagem metodológica substitui a afectação por sectores e tem como uma das finalidades estreitar a ligação entre os processos de planificação e a orçamentação, priorizando os programas e acções que contribuem para o alcance dos objectivos consubstanciados numa planificação virada para os resultados.

Com efeito, foram seleccionados 88 Programas do Governo que serão implementadas ao nível central e provincial que contém as acções prioritárias identificadas para alcançar os objectivos do PARP. Os Programas e a sua ligação com as prioridades do PARP constam do anexo 1.

Os restantes programas são classificados como 'outros' dada a sua relativa menor importância na concretização dos objectivos do PARP. Nesta categoria, se encontra principalmente os programas de apoio institucional na qual se prevê a reabilitação e apetrechamento de edifícios.

Assumindo um nível de ajuda externa constante, o CFMP 2012-2014 prevê um aumento de investimento total de 60 a 86 mil milhões de meticaís. Dado o limitado espaço fiscal, para aumentar os recursos canalizados aos programas prioritários do PARP terá que se reduzir o financiamento para os 'outros' programas.

Entre 2011 a 2014, estima-se um incremento de 57% a 60% do total dos recursos do investimento para os programas ligados aos objectivos gerais do PARP, (Tabela 4). A afectação de recursos aos pilares de apoio (Gestão macroeconómica e de finanças públicas, e Governação) passa no seu conjunto de 13 a 14%.

Incluindo as despesas de investimento dos distritos (fundo de desenvolvimento distrital e fundo de infra-estruturas), os recursos alocados para as prioridades do PARP no seu todo passam de 76% a 82% entre os três anos. Os outros programas que não estão ligados directamente à redução da pobreza reduzem de 24% para um intervalo entre 16% - 18%, a sua proporção em relação aos recursos totais de investimento entre os três anos.

PARP 2011-2014

APROVADO NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 DE MAIO DE 2011

Tabela 4. Evolução das Despesas de Investimento para as prioridades do PARP (não inclui despesas de funcionamento¹⁶)

Linha de Investimento (Milhões de Meticais - preços nominais)	OE			Projeções								
	2011			2012			2013			2014		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
Aumento da produtividade Agraria e Pesqueira	4,978.0	13,569.3	18,547.3									
% do total de investimento	26%	33%	31%	28%	33%	31%	30%	33%	32%	35%	33%	34%
Promoção do Emprego	870.0	1,132.6	2,002.6									
% do total de investimento	5%	3%	3%	5%	3%	4%	7%	3%	4%	8%	3%	5%
Desenvolvimento Humano e Social	1,192.4	12,501.9	13,694.3									
% do total de investimento	6%	30%	23%	7%	30%	22%	8%	30%	22%	8%	30%	21%
Objectivos Centrais do PARP 2011-2014	7,040.4	27,203.8	34,244.2									
Percentagem	37%	66%	57%	40%	66%	56%	45%	66%	58%	51%	66%	60%
Gestao macroeconomica e finanças publicas	837.8	5,615.9	6,453.7									
% do total de investimento	4%	14%	11%	5%	14%	10%	5%	14%	10%	7%	14%	11%
Boa Governação	615.0	813.3	1,428.3									
% do total de investimento	3%	2%	2%	4%	2%	3%	4%	2%	3%	5%	2%	3%
PILARES DE APOIO	1,452.8	6,429.1	7,882.0									
Percentagem	8%	16%	13%	9%	16%	13%	9%	16%	13%	10%	16%	14%
INVESTIMENTO NOS DISTRITOS	1,943.5	0.0	1,943.5									
% do total de investimento	10%	0%	3%	13%	0%	5%	24%	0%	9%	18%	0%	7%
Total de recursos para o PARP	11,889.6	33,633.0	45,522.5	16,724.7	36,155.4	52,880.1	23,231.0	39,011.7	62,242.7	28,146.0	42,054.6	70,200.6
% do total de investimento	63%	82%	76%	62%	82%	74%	78%	82%	80%	81%	82%	82%
Investimento em Outros objectivos	6,950.0	7,571.4	14,521.4									
% do total de investimento	37%	18%	24%	38%	18%	26%	22%	18%	20%	19%	18%	18%
Total de Investimento	18,839.5	41,204.3	60,043.9	26,822.2	44,294.7	71,116.9	29,638.6	47,793.9	77,432.6	34,597.0	51,521.9	86,118.8

Fonte: PARP 2011-2014 e projecções do CFMP 2012-2014

¹⁶ As despesas de funcionamento carecem duma abordagem suficientemente detalhada para poder focalizar as prioridades do PARP.

VII. MONITORIA E AVALIAÇÃO do PARP

O PARP atribui capital relevância a Monitoria e Avaliação, como componente indispensável para alimentar e reorientar as decisões visando a implementação eficaz e eficiente, assegurando o cumprimento das metas e o desempenho dos indicadores adstritos as prioridades, objectivos estratégicos e acções prioritárias.

a) Princípios Fundamentais

A estratégia de Monitoria e Avaliação do PARP 2011-2014 assenta sobre cinco princípios fundamentais:

- 1) O *alinhamento* aos mecanismos já existentes de monitoria dos programas do Governo;
- 2) A diferenciação entre por um lado, *indicadores de resultado*, que avaliam o alcance dos objectivos específicos, e por outro lado, *indicadores de produto*, que medem o grau de cumprimento das actividades realizadas;
- 3) A combinação da monitoria *quantitativa* e *qualitativa*, e as devidas implicações quanto às modalidades de recolha de informação e as parcerias institucionais para o efeito;
- 4) A abordagem *dinâmica* do PARP, utilizando o processo de monitoria do PARP como mecanismo de revisão contínua das metas e dos programas mantendo os objectivos estratégicos centrais;
- 5) A abordagem *participativa* do processo de Monitoria e Avaliação, especialmente no concernente ao uso de fóruns de participação institucionalizados ao nível central, provincial e distrital, para assegurar o envolvimento de outros actores de desenvolvimento.

b) Instrumentos de Monitoria e Avaliação

Os instrumentos e mecanismos de Monitoria e Avaliação a ser usados constam do Sistema de Planificação Nacional. Neste contexto, destacam-se os seguintes:

- i) Monitoria anual das actividades e das metas associadas aos indicadores de produto através do Balanço de Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução Orçamental.
- ii) Os mecanismos de monitoria e avaliação serão participativos envolvendo o Governo, Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação Internacional, utilizando, entre vários fora, os Observatórios de Desenvolvimento, o processo de Revisão Anual, o processo da Reunião de Planificação na base da matriz estratégica.

c) Avaliação do PARP 2011-2014

A avaliação do impacto, que reflecte o desempenho dos programas sectoriais, será efectuada em 2015, através da 4ª Avaliação Nacional sobre Pobreza e Bem-Estar, que faz uma avaliação

quantitativa da situação da pobreza em Moçambique e suas tendências associadas. Uma vez que o IOF não cobre, sob ponto de vista de avaliação, todas as áreas de actuação do PARP (principalmente na área da Governação), outros inquéritos e estudos adicionais farão parte da avaliação do PARP, nomeadamente, Inquérito Demográfico de Saúde (IDS), Inquérito da Força de Trabalho, Questionário de Indicadores de Bem-estar (QUIBB), Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA), Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS), as Avaliações da Reforma do Sector Público, e outros estudos sócias e antropológicos.

O bom desempenho da Monitoria e Avaliação do PARP 2011-2014 dependerá do funcionamento do Sistema de Informação Estatística liderado pelo órgão reitor do Sistema Estatístico Nacional, bem como da partilha de informação entre os principais actores de desenvolvimento. Assim as actividades de Monitoria e Avaliação serão asseguradas pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento em coordenação com o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira	Finanças e Micro Finanças Rurais	Promover a Produtividade, Competitividade e Acumulação de Riqueza Rural
	Gestão de Recursos Naturais para o Desenvolvimento Local	Promover a Gestão Produtiva e Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente
	Empoderamento das Comunidades Locais	Boa Governação e planeamento para o Mercado
	Gestão da seca	Reduzir a vulnerabilidade à fome provocada pela seca nas regiões que ciclicamente têm escassez de água e registam precipitação inferior a 500 mm por ano;
	Gestão de cheias, ciclones e sismos	Evitar perdas de vidas humanas e destruição de propriedade provocadas por calamidades naturais;
	Produção e Produtividade Agrárias	Garantir o aumento da produção e da segurança alimentar no País;
	Provisão de Serviços de Investigação, Apoio, Fomento e Infraestruturas	Elevar a produtividade das actividades agrícolas e de toda a sua cadeia de valor;
	Produção Orientada ao Mercado	Incentivar o aumento da produção agrária orientada para o mercado;
	Infra-estruturas Agrárias e Capacidade Agrária	Promover a construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias
	Uso e Aproveitamento de Terras	Facilitar o acesso e exercício do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT);
	Florestas	Redefinir e implementar uma política para a exploração sustentável dos recursos florestais
	Promoção da segurança alimentar e nutricional	Estabilidade do consumo alimentar a todo o tempo
	Ordenamento Territorial	Promover o planeamento e ordenamento territorial à escala nacional com ênfase nas cidades, vilas e zonas costeiras e assegurar que as prioridades ambientais sejam devidamente integradas nos programas de desenvolvimento
	Mudanças climáticas	Promover a qualidade ambiental, bem como políticas e estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas
	Educação, comunicação e divulgação ambiental	Promover a educação ambiental e difundir a pertinência da preservação do ambiente junto das comunidades

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
	Gestão ambiental	Adoptar e implementar estratégias e medidas de combate à erosão, desmatção, queimadas descontroladas, poluição e disseminar as boas práticas de gestão ambiental
	Desenvolvimento dos recursos humanos a todos os níveis em C&T	Estimular a massificação da atitude e cultura de inovação, do empreendedorismo e do desenvolvimento tecnológico de toda a sociedade moçambicana como instrumento de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento
	Promoção da investigação e inovação de subsistência	Promover mecanismos, plataformas, infra-estruturas e facilidades para a disseminação e adopção de tecnologias nas comunidades locais, nas pequenas e nas médias empresas
	Promoção do SCTI	Promover, consolidar e dinamizar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação com vista à obtenção de produtos, serviços e processos novos ou melhorados que maximizem o valor dos recursos do País
	Energia renovável e novas fontes	Criar capacidade de utilização de energias novas e renováveis no País, estimulando o desenvolvimento de tecnologias para a produção e instalação de sistemas de energia solar, eólica e hídrica e priorizar a sua instalação e utilização em centros de saúde e escolas;
	Acesso à Energia Eléctrica	Continuar a expandir o acesso à energia ao menor custo possível, através do alargamento da cobertura geográfica de infra-estruturas e serviços de fornecimento de energia
	Promoção da comercialização de alimentos	Promover a comercialização orientada para o mercado interno e externo, para a segurança alimentar e melhoria da balança comercial
	Desminagem	Promover a aceleração, conclusão e destruição das minas anti-pessoais e engenhos não explodidos localizados e implementar os programas de assistência às vítimas de minas anti-pessoais e educação cívica
	Manutenção de estradas e pontes	Preservar o património viário do País
	Reabilitação e Melhoramento de Estradas	Melhorar as condições de transitabilidade da rede viária do País

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
	Aumento da Produção de Pescado para a Segurança Alimentar	Reforçar a contribuição do sector na melhoria da segurança alimentar e nutricional em pescado para a população
	Apoio a Melhoria das Condições de Vida das Comunidades Pesqueiras	Melhorar as condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e aquacultores de pequena escala
	Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura Comerciais	Aumentar a contribuição das pescarias e da aquacultura industrial para a realização dos objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social
	Aumento da Contribuição das Pescas na Balança de Pagamentos	Aumentar contribuição líquida do sector para o equilíbrio da balança de pagamentos do País
	Desenvolvimento de sistemas de transportes	Desenvolver sistemas de transportes interligados e/ou combinados seguros que sejam suficientemente competitivos, atractivos e sustentáveis para facilitar o investimento;
	Ensino Técnico-Profissional	Consolidar a reforma em curso e a expandir o sistema formal e informal aos diferentes níveis, com enfoque especial nas oportunidades de aprendizagem para os jovens fora da escola
	Fortalecimento do sistema financeiro	Incentivar o fortalecimento do sistema financeiro, incluindo o aumento da oferta de crédito e serviços financeiros a preços competitivos
	Promoção do desenvolvimento industrial com enfoque nas PMEs	Promover o desenvolvimento industrial com enfoque especial nas micro, pequenas e médias indústrias que explorem, de forma adequada e sustentável, os recursos e capacidades produtivas disponíveis no País
	Melhoria do ambiente de negócios de PME's	Melhorar o ambiente de negócios
	Promoção do empresariado nacional	Ter um empresariado nacional forte, dinâmico, competitivo e empreendedor, comprometido com o aumento da produção, produtividade e promotor do bem estar social.
Promoção de Emprego	Manutenção de estradas e pontes	Preservar o património viário do País
	Promoção do crescimento económico e desenvolvimento social	Promover o crescimento da produção e o desenvolvimento económico e social acelerado, equilibrado e centrado no Distrito.

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
Desenvolvimento Humano e Social	Aumento da produtividade	Estimular o aumento da produtividade, através da transferência de tecnologias, investigação e inovação
	Promoção e Atracção do Investimento	Promover Moçambique como um destino preferencial e seguro para o investimento directo, nacional e estrangeiro, garantindo um crescimento estável dos níveis de investimento anuais e a sua expansão sectorial de forma equilibrada a nível nacional, tendo em conta a necessidade de diversificação da origem do investimento directo estrangeiro;
	Emprego e formação profissional	Melhorar a quantidade e a qualidade da oferta de formação profissional, visando o aumento da empregabilidade dos cidadãos, bem como a promoção de oportunidade de trabalho e emprego no meio rural, com especial atenção para os jovens, mulheres, deficientes e pessoas afectadas pelo HIV e SIDA
	Produção de estatísticas	Produzir estatísticas sobre o mercado de trabalho.
	Gestão da qualidade ambiental	Desenvolver infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos urbanos, saneamento do meio
	Ensino Primário	Expandir do ensino com qualidade para assegurar que, em 2015, todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de 7 classes com qualidade e estandarizada
	Alfabetização e Educação para os Adultos	Expandir do acesso para os jovens e adultos aos programas de alfabetização e de habilidades para a vida, através da consolidação e harmonização das diferentes intervenções
	Ensino Secundário	Expandir de forma sustentável o ensino secundário profissionalizante, através do sistema formal e do ensino à distância, assegurando a devida qualidade
	Acesso à Energia Eléctrica	Continuar a expandir o acesso à energia ao menor custo possível, através do alargamento da cobertura geográfica de infra-estruturas e serviços de fornecimento de energia
	Promoção da equidade de género	Promover a equidade de género através da elevação do estatuto da mulher e da sua participação na vida política, económica e social do País;
	Atendimento aos grupos alvo incapacitados para o trabalho e/ou em situação de vulnerabilidade	Promover e prestar assistência e integração social dos grupos em situação de vulnerabilidade, particularmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência;

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
	Promoção de Acesso a Terra Infraestruturada e Apoio à Auto-Construção	Garantir o acesso e posse segura de terra infraestruturada
	Promoção da Construção de Novas Habitações	Garantir o acesso a habitação condigna
	Melhoramento de Assentamentos Informais	Assegurar a provisão de infraestruturas e serviços básicos nos assentamentos informais
	Provisão e Acesso à Água Potável no Nível Rural e Vilas	Aumentar a cobertura do abastecimento de água potável nas zonas rurais e vilas
	Abastecimento de Água Urbana	Aumentar a cobertura do abastecimento de água potável nas zonas urbanas e vilas
	Saneamento Rural	Aumentar a cobertura do saneamento na zona rural
	Saneamento Urbano	Aumentar a cobertura do serviço de saneamento na zona urbana
	Saúde Pública Prevelegiando a Saúde da Mulher e da Criança e Assistência Médica	Promover a equidade no acesso aos cuidados de saúde privilegiando a saúde da mulher e da criança e de outros grupos vulneráveis
	Saúde Pública com enfoque na Redução do impacto das grandes endemias e má nutrição	Reduzir o impacto das grandes endemias como a malária, a tuberculose, o HIV e SIDA, as parasitoses intestinais, as doenças diarreicas e outras pandemias, e contribuir para a redução das taxas de desnutrição crónica e da desnutrição protéico-calórica e por micronutrientes
	Desenvolvimento dos recursos humanos	Melhorar a gestão de recursos humanos, elevando o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento com qualidade e na satisfação das necessidades dos utentes
	Prevenção e mitigação do HIV/SIDA	Contribuir para redução da prevalência do HIV/SIDA
	Desenvolvimento do sistema de segurança social	Consolidar a estratégia de desenvolvimento do sistema de segurança social obrigatório e a consequente garantia da sua sustentabilidade financeira
	descentralização e Empoderamento das Comunidades locais	Prosseguir a descentralização orientada para o empoderamento das comunidades locais
Boa Governação	Desconcentração, Reforma e Capacitação dos Órgãos Locais do Estado	Implementar a Reforma Institucional da Administração Local do Estado
	Promoção do Desenvolvimento Económico Local	Promover o Desenvolvimento Institucional e infra - estruturas

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
	Promoção do uso das TIC's - tecnologias de informação e comunicação	Desenvolver acções para que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) constituam um instrumento estratégico de todos os moçambicanos como uma plataforma para o exercício democrático e de cidadania, boa governação e empreendedorismo
	Melhoria da Prestação de Serviços ao Cidadão	Consolidar a Administração Pública orientada para resultados e voltada para o cidadão, assegurando que os serviços sejam prestados com qualidade e que o cidadão participe na monitoria da qualidade dos serviços que lhe são prestados;
	Promoção da Transparência e Integridade	Promover a transparência administrativa e financeira, bem como a integridade dos sistemas da administração pública, elevando a responsabilização individual dos funcionários e agentes do Estado no concernente à prestação de serviços de qualidade ao cidadão;
	Reforço e consolidação da Gestão Documental na Administração Pública e dos Arquivos do Estado	Assegurar a preservação da memória institucional e o acesso dos cidadãos à informação sobre a Administração Pública.
	Consolidação da capacidade dos Órgãos Locais do Estado.	Fortalecer e capacitar os órgãos locais, consolidando a descentralização e desconcentração, assegurando a capacidade para o exercício pleno das atribuições e competências dos órgãos locais e a satisfação cada vez mais crescente das necessidades das comunidades locais.
	Eficácia da justiça	Reforçar a legalidade e a prevenção de práticas de violação da Lei
	Acesso a Justiça	Garantir o acesso à Justiça, através da consolidação e alargamento dos serviços de assistência jurídica e judiciária aos cidadãos economicamente desfavorecidos
	Reforma do sistema correcional	Aprofundar a reforma do sistema prisional como forma de assegurar o tratamento condigno aos reclusos e a reinserção social dos mesmos
	Prevenção e combate à criminalidade	Continuar a desenvolver acções de prevenção e combate à criminalidade, com particular realce para a corrupção e aos desvios de recursos do Estado
	Manutenção da Ordem, Segurança e Combate a Criminalidade	Garantir a ordem e segurança de pessoas e bens, o clima de paz e a tranquilidade pública, bem como o combate efectivo ao crime organizado e a criminalidade em geral

Anexo 1 – Programa do Governo para os Objectivos do PARP 2011-2014

Objectivo do PARP	Designação do Programa do Governo	Objectivo do Programa do Governo
Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas	Promoção da legalidade laboral	Prevenir e resolver os conflitos laborais, promover e controlar a legalidade laboral, visando assegurar melhores condições de trabalho
	Implementação das reformas na gestão das finanças públicas no âmbito do SISTAFE	Melhorar a eficiência e eficácia da gestão de Finanças Públicas no médio prazo para a promoção do crescimento económico e desenvolvimento social
	Gestão e melhoria do sistema de planificação	Melhorar a qualidade do processo de planificação no âmbito das reformas na gestão das finanças públicas
	Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas	Consolidar o funcionamento dos processos de PFD dotando o aparelho governativo do nível local da capacidade institucional para planificar e gerir de forma participativa e transparente recursos afectos ao desenvolvimento social e económico local
	Melhoria da qualidade e difusão dos dados estatísticos oficiais	Melhorar a qualidade e difusão dos dados estatísticos oficiais

PARP 2011-2014

APROVADO NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

3 DE MAIO DE 2011
